

# Tensões da maturidade

Passados trinta anos de fundação do PT, tendo atingido uma longevidade a que poucos partidos chegaram na história brasileira e prestes a completar um longo ciclo que culminou na conquista e no exercício do Executivo federal, emergem as perguntas: qual é o futuro do PT? Que lugar estará ocupando, se algum, ou gostaria de ocupar no sistema de representação política e no imaginário social brasileiro daqui outros trinta anos?

Há muitos condicionantes para se responder a essa questão, mesmo se referida a um prazo razoável, de dez ou quinze anos. Considerando-se os fatores determinantes de sua até aqui exitosa trajetória, os mais cruciais dizem respeito ao revigoreamento dos vínculos do PT com os movimentos sociais e com setores progressistas da sociedade civil, à manutenção de sua capacidade de legislar nos parlamentos e de implementar nos Executivos prioritariamente políticas em defesa das classes populares – agendas que reafirmam o compromisso com a justiça social e com o combate às desigualdades, os traços mais marcantes de sua fisionomia, reconhecidos pela opinião pública desde sua fundação.

Para a frente, há o desafio de que responda de forma criativa a agendas que, se não são novas, impõem-se irreversivelmente neste início de milênio: desenvolvimento socio-sustentável, políticas de reconhecimento dos direitos de grupos sociais vitimados

pelos marcadores sociais de diferença e a radicalização da democracia – que entre idas e vindas tem avançado através da construção da universalidade dos direitos humanos, mas pode ser alavancada com a horizontalização das trocas simbólicas, decorrente dos crescentes acesso à internet e convergência de mídias.

Embora aparentemente trivial, há um fator cuja ausência compromete a possibilidade de desempenho do PT como ator político relevante do futuro, sobretudo para responder às novas agendas, mas também para a atualização permanente de seus compromissos históricos. Dada a inevitável “aposentadoria” de sua geração de fundadores(as) – a cada dia, mais cedo que tarde –, cabe a questão: estará o PT renovando seus quadros?

A análise superficial da evolução do perfil etário dos delegados e delegadas nos Encontros e Congressos Nacionais do partido sugere que haveria pouca renovação: tomando-se uma década recente, se em 1997 (11º EN) 65% dos(as) delegados(as) tinham até 40 anos de idade, em 2007 (3º CN) 65% tinham mais de 40 anos. Ocorre que isso, por si só, não indica um “envelhecimento” do PT, pois a tendência de que gerações que fundam organizações permaneçam em seu comando ao longo da vida é um fenômeno não só corrente (seja em partidos, seja em outras associações ou empresas familiares) como esperado (se desejável, é outra discussão).



Sylvia Masini

**Gustavo Venturi**, doutor em Ciência Política, é professor de Sociologia da FFLCH-USP (gventuri@usp.br)

A medida principal da capacidade de reposição de novos quadros viria de dados sobre as bases partidárias. Na falta de pesquisas sobre o perfil dos membros dos núcleos de base dos anos 1980, ou do perfil dos participantes dos PEDs dos últimos anos (nunca feitas), recorrendo-se ao perfil da preferência partidária os dados apontam algo diferente. Em julho de 1989, com 8% da preferência nacional, o PT apresentava variação acentuada por faixa etária: de 12% entre eleitores jovens (18 a 30 anos), caía abruptamente para 5% entre 31 e 50 anos, chegando a 3% entre o eleitorado com 51 anos e mais (Ibope). Já em novembro de 2006, com 29% da preferência nacional, atingia 32% entre eleitores até 34 anos, caindo pouco na faixa seguinte, de 35 a 59 anos (27%), e para 22% entre eleitores com 60 anos e mais (Criterium).

Em suma, ainda que em comparação imperfeita, os dados sugerem que o PT perdeu o diferencial de ser um partido de (ou com apelo mais para) jovens, como foi nos anos 1980; mas, passados trinta anos, não deixou de atrair também os jovens. Entre outras tarefas, cabe ao 4º Congresso incorporar as novas agendas de forma a que, daqui novas décadas, o PT mantenha esse apelo. ✪